



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EM Nº 024/2024

Florianópolis, 1º de fevereiro de 2024.

Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de Decreto, que altera o Decreto nº 2.094, de 28 de julho de 2022, que aprovou o Regimento Interno da Secretaria de Estado da Fazenda.

A presente minuta pretende dar nova redação ao inciso VIII do parágrafo único do art. 24 do Anexo Único do Decreto nº 2.094, de 2022, alterando a competência da Gerência de Cobrança Administrativa (GECOB) com o objetivo de proporcionar ganho operacional e a execução em larga escala do arrolamento.

É fundamental que os auditores responsáveis pela lavratura dos Termos de Arrolamento de Bens e Direitos também sejam competentes para realizar as comunicações com os órgãos de registro e as atividades específicas relacionadas ao caso concreto (alteração de valor, substituição de ativos e cancelamento).

Com uma estrutura análoga ao modelo de dados *snowflake*, a operacionalização pode ser descentralizada e o gerenciamento centralizado, assim como ocorre no caso de Devedor Contumaz.

Respeitosamente,

**CLEVERSON SIEWERT**  
Secretário de Estado da Fazenda

Excelentíssimo Senhor  
JORGINHO MELLO  
Governador do Estado  
Florianópolis - SC

**ANEXO ÚNICO**  
**COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO**

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
Decreto nº 2.094, de 2022, Anexo Único, Art. 24	Decreto nº 2.094, de 2022, Anexo Único, Art. 24	
Art. 24. ....  Parágrafo único. ....  .....  VIII – proceder ao acompanhamento do arrolamento administrativo de bens e direitos, realizando a comunicação com os órgãos de registro para fins de averbação, alteração do valor do arrolamento, substituição dos bens ou direitos arrolados e cancelamento do arrolamento;  .....	Art. 24. ....  Parágrafo único. ....  .....  VIII – proceder ao acompanhamento do arrolamento administrativo de bens e direitos, planejando e gerenciando os procedimentos realizados pelos servidores;  .....	<p>O art. 24 arrola as competências da Gerência de Cobrança Administrativa (GECOB).</p> <p>Pretende-se dar nova redação ao inciso VIII do parágrafo único do art. 24 do Regimento Interno, alterando a competência da GECOB com o objetivo de proporcionar ganho operacional e a execução em larga escala do arrolamento.</p> <p>Assim, é fundamental que os auditores responsáveis pela lavratura dos Termos de Arrolamento de Bens e Direitos também sejam competentes para realizar as comunicações com os órgãos de registro e as atividades específicas relacionadas ao caso concreto (alteração de valor, substituição de ativos e cancelamento).</p> <p>Com uma estrutura análoga ao modelo de dados <i>snowflake</i>, a operacionalização pode ser descentralizada e o gerenciamento centralizado, assim como ocorre no caso de Devedor Contumaz.</p>